

Clipping
4ª feira, 03.12.2008

Justiça condena banqueiro a 10 anos de prisão	1
Planalto abre brecha para negociar projeto.....	3
Rosane de Oliveira - Dinheiro no bolso	3
Criados 104 cargos	3
VCP demite 118 e causa incerteza no Sul	4
Objeto de desejo e de pancadaria	4
Salários atrasados começam a ser pagos	5
Corte do ponto é pauta em TJ e AL.....	6
Secretaria da Transparência é aprovada pela Assembléia	6
Entidades fazem ato contra os pedágios em frente ao Piratini	7
Câmara aprova MP que reajusta salários dos servidores.....	7
Lula quer remédio eficiente para conter desemprego.....	7
Produção industrial cai 1,7% em outubro.....	8
Seguro-desemprego ampliado	8
Votorantim dispensa mais de cem em Capão do Leão.....	8
LG dispensa 200 funcionários de sua fábrica em Taubaté	9
Setor de autopeças deve cortar 8.200 vagas até o fim do ano	9
Construtoras terão socorro de R\$ 3 bi do FGTS	10
Congresso aprova reajuste a servidores.....	11
Seguro-desemprego será ampliado para vítima de SC	12
Convenção 151: Comissão de Trabalho poderá aprovar norma hoje (3)	13
Greve: aeroportuários e aviários ameaçam parar durante o Natal.....	13
Sindicatos de MS mandam 4 ônibus para Marcha em Brasília	14

Justiça condena banqueiro a 10 anos de prisão

Para o advogado de defesa do empresário provas foram “fraudadas”

Condenado pelo juiz federal Fausto de Sanctis a 10 anos de prisão por tentar subornar um delegado, o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, deu início a uma batalha jurídica contra a decisão. Na mesma sentença, Dantas foi condenado ao pagamento de multa no valor de R\$ 1,4 milhão.

A defesa do banqueiro afirmou que já pediu a anulação do julgamento e sustentou que as provas são “fraudadas”. Em nota, o advogado Nélio Machado declarou que a sentença é absolutamente nula: “Não houve o crime atribuído, sua defesa foi cerceada, as provas são fraudadas e o magistrado impediu a perícia indispensável à demonstração da improcedência da acusação.”

Após tomar conhecimento da decisão, o procurador federal Rodrigo de Grandis, autor da denúncia contra Dantas, anunciou que recorrerá da sentença para pedir aumento do valor da multa estipulada ao banqueiro.

No recurso que deve ajuizar nos próximos cinco dias, De Grandis também vai pedir o aumento da pena do professor universitário Hugo Chicaroni e do ex-presidente da Brasil Telecom Humberto Braz. Eles foram condenados a sete anos de prisão. Para De Grandis, a Justiça deveria ter dado um tratamento diferenciado aos dois:– A participação de Humberto Braz foi mais relevante, no cometimento do crime, do que a de Hugo Chicaroni, o que significa dizer que a pena de Braz deveria ser maior.

Embora tenha ressaltado que a condenação de Dantas à prisão poderia chegar a 12 anos, De Grandis disse considerar “adequada” a pena de 10 anos de detenção:– Em princípio,

a pena de Dantas é adequada na minha perspectiva.

De Sanctis nega que tenha acelerado desfecho

Alvo de críticas nos últimos meses, De Sanctis dedicou seis páginas da sentença a sustentar que age “de forma serena e tranqüila em nome do povo, mas jamais abandonando a idéia de decidir o melhor no caso concreto”.

As críticas ao juiz ganharam corpo após ele mandar prender Dantas menos de 24 horas depois de o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ter concedido hábeas a ele.

De Sanctis disse que não está acima do bem ou do mal, nem quer “atropelar” a lei.

Depois de acusar a defesa de Dantas de tumultuar o caso, ele nega que tenha acelerado o desfecho do processo: “É importante frisar: Justiça tardia significa Justiça desqualificada ou injustiça qualificada.”

O presidente do STF não quis alimentar polêmica com o juiz depois de ter concedido dois habeas corpus a Dantas durante a Satiagraha e evitou comentar a decisão.

Desdobramentos do Caso Dantas

O banqueiro Daniel Dantas e dois de seus colaboradores, Hugo Chicaroni e Humberto Braz, foram condenados à prisão por tentativa de suborno a um delegado federal. O banqueiro responde a outro processo por crime contra o sistema financeiro:

Os caminhos da defesa

> Já recorreu da sentença e pediu a anulação do julgamento. O advogado Nélio Machado afirma que a defesa no processo foi cerceada, e as provas, fraudadas.

Os caminhos do MPF

> O procurador Rodrigo de Grandis discorda do valor da multa a Dantas e das penas a Chicaroni e Braz. Ele deve apresentar recurso nos próximos dias.

Quem vai julgar os recursos?

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os recursos devem ser encaminhados ao gabinete da desembargadora Ramza Tartuce.

Quais são as chances de os réus voltarem para a cadeia?

Como o juiz Fausto de Sanctis não expediu o mandado de prisão, os condenados poderão responder ao processo por corrupção ativa em liberdade. Após o trânsito em julgado, o regime inicial de cumprimento da pena será fechado para Dantas e semi-aberto para os demais.

CONDENAÇÕES

Daniel Dantas – Dono do Opportunity

Pena – Condenado a 10 anos de prisão por corrupção ativa, pagamento de R\$ 12 milhões por danos ao Estado, mais multa de R\$ 1,4 milhão.

Humberto Braz – Ex-presidente da Brasil Telecom, executivo ligado ao Opportunity

Pena – Condenado a sete anos de prisão por corrupção ativa, multa de R\$ 887 mil e pagamento de R\$ 1,5 milhão por danos.

Hugo Chicaroni – Professor

Pena – Condenado a sete anos de prisão por corrupção ativa, multa de R\$ 292 mil e pagamento de R\$ 594 mil por danos.

A tentativa de suborno

> Braz e Chicaroni foram flagrados pela PF oferecendo US\$ 1 milhão ao delegado Victor Hugo Rodrigues Alves para excluir o Dantas e seus familiares das investigações da Operação Satiagraha.

> O delegado havia comunicado o encontro ao juiz De Sanctis e obtido autorização para monitorar a conversa.

> O primeiro encontro ocorreu num restaurante em São Paulo, no dia 19 de junho.

Sentado ao lado do delegado, Chicaroni diz que soube da investigação sobre Dantas por

uma notícia de jornal. Afirma que desejava confirmar a existência da apuração e que Vitor Hugo receberia R\$ 50 mil somente por ter aceitado o encontro.

> No dia 23 de junho, o delegado se encontra novamente com a dupla e explica que não poderia apresentar documentos, mas apenas confirmar que a investigação existia. Braz teria perguntado se o US\$ 1 milhão poderia ser pago em duas vezes.

> O terceiro e último encontro ocorreu num restaurante no dia 26 de junho. O professor entregou cerca de R\$ 80 mil ao delegado dentro de uma caixa de sapato como mais uma parcela da propina.

Planalto abre brecha para negociar projeto

Governo busca alternativa a projeto que acaba com fator previdenciário

Relator na Câmara do projeto de lei que acaba com o fator previdenciário, o deputado gaúcho Pepe Vargas (PT) disse ontem que o ministro da Previdência, José Pimentel, se mostrou disposto a discutir uma alternativa à proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT).

Mas Pepe Vargas ressaltou que, durante o encontro, Pimentel fez uma defesa enfática da atual política previdenciária do governo, lembrando que tem conseguido valorizar, principalmente, quem ganha o chamado piso previdenciário – a maioria dos aposentados.

Já o ministro Pimentel, segundo sua assessoria, disse confiar que o deputado petista construirá uma solução viável para contemplar as reivindicações de Paim. O ministro ressaltou a necessidade de manter a saúde fiscal do regime previdenciário.

Com o objetivo de desestimular aposentadorias precoces, o fator previdenciário calcula o valor do benefício levando em conta idade, expectativa de vida após a aposentadoria e tempo de contribuição.

Um reajuste maior para os aposentados que ganham acima do piso em 2009 é apontado no Congresso como uma saída política para reduzir a pressão em favor da aprovação dos projetos de Paim. Mas, segundo Pepe, Pimentel apenas registrou a constante preocupação do presidente Lula e do governo como um todo em melhorar o valor dos benefícios.

Os projetos de Paim que estão em tramitação na Câmara são o que acaba o fator previdenciário e o que cria um índice de recuperação das aposentadorias, vinculando-as ao número de salários mínimos que a pessoa tinha na época da aposentadoria. Esse último causaria rombo de R\$ 76,6 bilhões no erário em 2009.

Sobre o fim do fator e a conseqüente adoção de idade mínima de aposentadoria, combinação que tem sido cogitada pelo governo, Pepe lembrou que a última só pode ser alterada por uma emenda à Constituição.

Rosane de Oliveira - Dinheiro no bolso

Até o final do ano, o contribuinte gaúcho terá pago R\$ 2 bilhões a um grupo de privilegiados a título de “diferença da URV”. Teve gente que embolsou cerca de R\$ 1 milhão por conta de uma interpretação do Judiciário sobre a data de referência na implantação da URV, à época do Plano Real.

Como uma diferença de poucos dias pôde se transformar em fortunas pagas a membros do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas é um mistério que o leigo jamais será capaz de compreender.

Criados 104 cargos

A Assembléia Legislativa aprovou ontem projeto de lei do Executivo que cria 104 cargos para o quadro efetivo do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), além de gratificação de R\$ 1,5 mil aos examinadores.

O projeto segue para sanção da governadora Yeda Crusius.

VCP demite 118 e causa incerteza no Sul

Companhia diminui atividades de viveiro em Capão do Leão

No final da tarde de ontem, em seu pequeno apartamento na Cohab Lindóia, zona norte de Pelotas, o casal Ana Júlia Ferreira, 18 anos, e José Carlos Ferreira Júnior, 22 anos, não conseguia disfarçar o clima de luto.

Ao chegar para trabalhar no início da manhã no viveiro de mudas da Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Capão do Leão, Júnior descobriu que estava na lista dos 118 trabalhadores demitidos na unidade. Casados há nove dias, os dois se esforçam para descobrir como manter as contas mensais apenas com o salário de Ana em seus dois empregos.– Só casamos e financiamos a casa por acreditar que ele trabalhava em uma empresa estável e ficaria empregado por bastante tempo – diz Ana.

Por ser surdo-mudo, Júnior enfrenta dificuldade extra para obter emprego.

A incerteza lançada sobre o lar dos Ferreira pelas demissões da VCP abalou também a tranquilidade de prefeitos e lideranças da região na terça-feira. O prefeito de Capão do Leão, Vilmar Schmitt (PDT), e o presidente do Sindicato Rural de Arroio Grande, Paulo Freitas, se esforçavam para manter a calma e acreditar que as demissões são só um temporário reflexo da crise. Mas o prefeito de Chuí e presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), Hamilton Lima (DEM), não escondia a indignação:– É o tipo de notícia que ninguém recebe bem, pois o que mais precisamos na nossa região são empregos.

Conforme a assessoria de imprensa da VCP, 89 trabalhadores vão manter as atividades no viveiro. A decisão decorre da postergação do projeto Losango, que previa investir R\$ 1,5 bilhão numa unidade industrial no Estado, uma vez que metade da base florestal necessária no Rio Grande do Sul já estaria plantada. A empresa mantém o compromisso de concluir o projeto no Estado, mas informa que não há prazo previsto para a retomada.

Objeto de desejo e de pancadaria

Entidade que representa metalúrgicos em Gravataí causa disputa

Por trás da briga de sindicalistas de duas centrais em frente à fábrica da General Motors (GM) em Gravataí na segunda-feira estão divergências ideológicas e a disputa por um dos mais importantes sindicatos de metalúrgicos no Estado.

Integrantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) tentam aumentar sua influência junto aos funcionários da montadora e, no futuro, disputar o comando do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, filiado à Força Sindical. A próxima eleição é daqui a dois anos. A entidade representa 15 mil trabalhadores, o que garante, além de poder político, um orçamento proporcional a esse número, cujo valor não foi informado pela atual direção.

Além disso, desde março deste ano, as centrais recebem um repasse sobre a contribuição sindical (equivalente a um dia de trabalho ao ano). Quanto mais trabalhadores representados, maior a arrecadação.

Não é de hoje que há conflitos pelo poder do sindicato em Gravataí. Do final da década de 90 até poucos anos atrás, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical travaram batalha judicial e política para ver quem teria o direito de representar a categoria. O impasse foi definido em 2005, após decisões da Justiça e negociações,

com ganho para a Força Sindical, até hoje à frente da entidade.

Houve trabalhadores que se mantiveram em oposição ao grupo que tem sido eleito para o comando do sindicato. Um deles é André Branco, um dos envolvidos na pancadaria de segunda-feira. No ano passado, ele formou uma comissão independente na fábrica e participou de negociações trabalhistas. Foi convidado, e eleito, diretor substituto do sindicato, mas manteve postura de questionamento, até tornar-se desafeto dos líderes. Descontente, aproximou-se da Conlutas, que representa os trabalhadores da GM em São José dos Campos (SP).

Quem é quem

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE GRAVATAÍ

As posições de cada entidade e o objeto da disputa:

> É um dos maiores da categoria no Estado, filiado à Força Sindical.

> Representa cerca de 15 mil trabalhadores, não só do complexo da GM, mas de indústrias como a autopeças Dana e a fábrica de máquinas Taurus Wotan.

> A diretoria do sindicato não informou o orçamento da entidade.

FORÇA SINDICAL

Criada em 1991, é uma das maiores centrais no país. Defende ação mais pragmática e menos ligada a ideologias políticas, embora seu presidente Paulo Pereira da Silva (ameaçado de cassação por suspeita de desvio de recursos do BNDES), seja deputado federal pelo PDT.

Sindicatos no RS: 101, como os dos metalúrgicos de Bento Gonçalves e Gravataí e o dos comerciários da Capital.

O que defende no caso da crise que atingiu a GM: garantia de emprego, medidas de apoio do governo ao setor, como liberação de R\$ 4 bilhões pela União para salvar montadoras, além de redução de juro, para estimular o consumo de automóveis e o funcionamento das fábricas.

CONLUTAS

Dissidência da Central Única dos Trabalhadores, foi criada em 2004. Partidos de esquerda como o PSTU são simpatizantes.

Sindicatos filiados no RS: quatro – comerciários de Santa Cruz e de Passo Fundo, vigilantes de Santa Cruz e Sindicaixa (antigos funcionários da extinta Caixa Estadual). Apóia movimentos de oposição em outras entidades, como o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí.

O que defende no caso da GM: a garantia de emprego. Condena os recursos repassados pelo governo às montadoras. Se a empresa não conseguir se manter, defende a estatização das fábricas.

Salários atrasados começam a ser pagos

Todos os 2,3 mil professores e parte dos médicos da Ulbra estão recebendo, desde ontem, os salários atrasados de outubro e um resíduo de setembro.

A direção da universidade não informou como pretende pagar os vencimentos de novembro, que vencem na sexta-feira, e o 13º salário.

O diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), Marcos Fuhr, confirmou os pagamentos, que começaram ontem. O dinheiro foi garantido pela 3ª Vara da Justiça do Trabalho de Canoas, que bloqueou mais de R\$ 8 milhões das contas da Ulbra. Com os recursos, foi possível adiantar 35% da primeira parcela do 13º salário dos professores.

A segunda frente de pagamentos de atrasados contempla os médicos do Hospital Ulbra Tramandaí, que ameaçavam paralisar o atendimento. O hospital é referência no Litoral

Norte, ainda mais quando se aproxima a temporada de veraneio.

Além disso, consultores de São Paulo e Rio de Janeiro contratados pela Ulbra Saúde, André Vianna e Eduardo Bermudez, disseram que o pagamento dos salários de todos os médicos da rede própria de saúde serão pagos até hoje graças à liberação, junto ao Judiciário, de recursos que estavam bloqueados. Os funcionários também têm promessa de receber nos próximos dias.– Houve sensibilização para a liberação de recursos para a saúde, por ser uma área que envolve o bem-estar da população – informou Bermudez. Diretores-executivos das empresas Mensor e Oxigênio Projetos em Saúde, Bermudez e Vianna anunciaram que os fornecedores de materiais e medicamentos deverão ser pagos em breve. Especializada em socorrer empresas de saúde em apuros, a dupla foi contratada na segunda-feira. Terá a missão de fazer um diagnóstico da Ulbra Saúde, que abarca três dos quatro hospitais da universidade (a exceção é o Hospital Universitário) e a área de convênios.

Bermudez e Vianna observaram que ainda não têm dados completos sobre o quadro da instituição. Mas disseram que o campo mais prejudicado pela crise seria o das intervenções cirúrgicas de maior complexidade.– A única forma de recuperar é fazer os hospitais funcionarem de novo com segurança, como material e com funcionários pagos. Estamos fazendo isso – garantiu Bermudez.

Corte do ponto é pauta em TJ e AL

O Cpers/Sindicato protocola hoje, às 13h30min, no Tribunal de Justiça, ação contra a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, e o titular da Secretaria Estadual da Fazenda, Aod Cunha, pelo corte do ponto dos professores e o não-pagamento integral dos salários dos que aderiram à greve. Segundo o Cpers, a medida não seria justa, pois as aulas estão sendo recuperadas. A presidente do Cpers, Rejane de Oliveira, estará acompanhada da direção e da assessoria jurídica do sindicato.

O assunto sobre o corte do ponto dos professores que aderiram à greve também será abordado na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa (AL). Os deputados irão sugerir a criação de uma comissão para tratar da efetividade dos professores, que encerraram a greve na última sexta-feira com o compromisso de recuperar os dias parados.

A proposta de decreto legislativo, que anula o corte da efetividade dos grevistas, é defendida por PT, PDT, PC do B e Dem. Com esse instrumento, eles querem evitar prejuízos à vida profissional do Magistério devido ao corte da efetividade, como licença prêmio, triênios e quinquênios. A presidente da Comissão, deputada Marisa Formolo (PT), disse que o decreto da governadora 'é afronta à norma federal, que trata dos direitos de greve e de construção de acordos coletivos'. E a deputada Stela Farias (PT) lembrou que o STF reconhece o direito de greve dos servidores públicos em todos os níveis.

Secretaria da Transparência é aprovada pela Assembléia

Fiscalizar outras secretarias será função dos oito integrantes da nova Pasta

Quase cinco meses depois de a governadora Yeda Crusius ter anunciado a criação da Secretaria da Transparência e da Probidade Administrativa, a nova Pasta foi aprovada ontem, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa. A proposta do Executivo foi encaminhada com pedido de preferência e teve apenas uma emenda, apresentada pelo líder do governo, deputado Pedro Westphalen (PP).

Com a alteração feita, a secretaria também será responsável pela divulgação na Internet, em tempo real, das informações referentes às conclusões de expedientes instaurados na Pasta. O pedido de preferência, porém, inviabilizou que outros parlamentares

apresentassem emendas à proposta. O líder do PT, deputado Raul Pont, reclamou: 'Impedir a discussão no parlamento não é a melhor maneira de iniciar a criação de uma Secretaria da Transparência'.

O projeto que cria a secretaria foi encaminhado à Assembléia em 27 de outubro, após a solenidade de posse do atual titular da Pasta, Otaviano Brenner de Moraes. Ele sucedeu a Mercedes Rodrigues, que renunciou ao cargo alegando descompromisso do governo com a pasta. 'Vamos acompanhar a tutela administrativa de probidade junto com as outras secretarias do Estado, além de avaliar as questões jurídicas que dizem respeito ao nepotismo', disse. Além do cargo de secretário, outros sete cargos foram criados para completar a estrutura da Pasta.

A estrutura

O projeto aprovado pelos deputados prevê, além do cargo de secretário, a criação de outros sete cargos padrão, com previsão de função gratificada, para compor a secretaria:

-três diretores de departamento

-um coordenador

-dois assistentes especiais

-um assessor

Entidades fazem ato contra os pedágios em frente ao Piratini

A Frente Contra os Pedágios, formada por mais de 50 entidades, realiza na tarde de hoje um ato público de protesto em frente ao Palácio Piratini e à Assembléia Legislativa, em Porto Alegre. Caravanas de todo o Estado vão protestar contra a prorrogação dos contratos de concessão de pedágios, que será votada, em regime de urgência, pela Assembléia, no dia 16 de dezembro. 'Queremos mostrar toda nossa indignação aos deputados', afirma o secretário-geral da Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas, Agenor Basso.

Câmara aprova MP que reajusta salários dos servidores

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem a medida provisória que reajusta salários de várias categorias do funcionalismo público. A MP 440 reestrutura a remuneração de carreiras do serviço público, como as de auditores da Receita Federal, do Trabalho, do Banco Central, de diplomatas, da Comissão de Valores Mobiliários, de técnico de Planejamento e outras. Uma das emendas feitas no Senado e aprovada pelos deputados inclui na carreira de analista tributário os técnicos e analistas previdenciários que foram destacados para a Secretaria da Receita Federal após a criação da Super-Receita. Essa emenda significará aumento de despesa e, por isso, é considerada inconstitucional – ao Legislativo é vedado criar novas despesas para o Executivo. O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT), disse que não se opunha à votação, mas, como se trata de matéria inconstitucional, não garante a sanção pelo presidente. A segunda alteração do Senado reorganiza os cargos que foram distribuídos na divisão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O projeto será encaminhado agora a Lula para sanção ou veto.

Lula quer remédio eficiente para conter desemprego

Brasília — O presidente Lula pediu à equipe econômica e ao Ministério do Trabalho que preparem medidas para a manutenção do emprego em 2009, quando a economia brasileira vai desacelerar ante os efeitos da crise financeira internacional. Além de novas desonerações tributárias, está em estudo o aumento de cinco para dez do número de parcelas do seguro-desemprego, o carro-chefe das reivindicações das centrais

sindicais.

Os sindicalistas também tentam sensibilizar a área econômica a criar mecanismos que vinculem a concessão de empréstimos por parte dos bancos federais à garantia de emprego. Segundo fontes do governo, esta é uma medida que deve ser avaliada com cuidado porque o governo não pode engessar as empresas, já sufocadas com as restrições do crédito. Os sindicalistas apresentaram essas reivindicações em jantar, na semana passada, com Lula, na expectativa de serem atendidos da mesma forma que o governo foi sensível às reivindicações da Confederação Nacional da Indústria.

Produção industrial cai 1,7% em outubro

Rio — A produção industrial recuou 1,7% em outubro, frente a setembro, mês em que registrou expansão de 1,5%, na série com ajuste sazonal. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. Entretanto, na comparação com outubro de 2007, houve expansão de 0,8%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil. Tanto o acumulado no ano (5,8%) quanto nos últimos 12 meses (5,9%) desaceleraram frente aos resultados de setembro (6,4% e 6,8%, respectivamente).

O recuo observado na produção industrial entre setembro e outubro atingiu 15 dos 27 ramos pesquisados, como outros produtos químicos (-11,6%), refino de petróleo e produção de álcool (-9,0%), máquinas e equipamentos (-5,2%) e veículos automotores (-1,4%), este influenciado pela concessão de férias coletivas em várias unidades do setor. Entre os 12 ramos industriais cuja produção avançou, alimentos (0,7%) e outros equipamentos de transportes (2,0%) exerceram as influências positivas mais relevantes.

Seguro-desemprego ampliado

Está nas mãos do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador a decisão de assinar a proposta de portaria que permitirá pagar o seguro-desemprego a desempregados ou impedidos de trabalhar por causa das enchentes em SC. Serão três a cinco parcelas, dependendo do caso, com valores que vão do salário mínimo (R\$ 415,00) a R\$ 776,46. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, explicou que a ampliação para até cinco parcelas será para os casos em que a pessoa ficar mais tempo desempregada, demitida ou impossibilitada de trabalhar. Atendendo à sugestão do presidente Lula, Lupi aprovou aumento do valor dos saques do FGTS e a hipótese de serem feitos mais de uma vez no ano. Lula deve assinar decreto.

A Comissão da Câmara que acompanha a calamidade pedirá ao presidente da Casa para votar esta semana todas as matérias relativas ao apoio aos flagelados. A medida provisória que libera R\$ 1,6 bilhão para os estados atingidos tem sete emendas. Uma delas trata da liberação imediata do FGTS e da suspensão por dois anos do pagamento dos tributos e obrigações dos municípios atingidos.

Votorantim dispensa mais de cem em Capão do Leão

Empresa alega que desaceleração da economia global exigiu adaptação
A Votorantim Celulose e Papel (VCP) demitiu 118 dos 207 funcionários do viveiro de Capão do Leão. A maioria dos trabalhadores atuava no plantio. Em nota, a empresa esclarece que, devido aos impactos da desaceleração da economia global, com a conseqüente redução na demanda internacional por commodities, está adotando medidas de adequação da produção. Com isso, confirma o adiamento no cronograma do Projeto Losango, anunciado em outubro deste ano. A VCP admite a manutenção de alguns benefícios aos ex-funcionários, mas isso será avaliado caso a caso. 'Eles garantiram que continuaríamos a ganhar o vale-refeição e também a permanência do plano de saúde', relatou um funcionário.

Outras duas empresas que prestam serviços à VCP também anunciaram o desligamento de colaboradores. Trabalhadores contratados pela Carpelo, responsável pelo o plano de segurança da florestadora, e da Benfica Extremo Sul, encarregada do transporte, foram dispensados. De acordo com o gerente da Carpelo, José Andrade, o trabalho deste ano já foi finalizado e as atividades para 2009 estão suspensas. 'Eles comunicaram que, no ano que vem, não haverá plantio em nenhuma área da região', afirmou. Segundo ele, cerca de 50% dos trabalhadores já foram dispensados. A Benfica Extremo Sul investiu R\$ 2 milhões em ônibus. 'Estamos na região desde 2006 e nosso único cliente é a VCP. Este ano, adquirimos mais dez veículos e vamos viabilizar outros negócios para amenizar o prejuízo', disse o gerente comercial da Benfica, Luciano Reis. Ele alerta que dos 25 motoristas, 12 podem ser dispensados.

LG dispensa 200 funcionários de sua fábrica em Taubaté

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A LG Electronics demitiu 200 funcionários de sua fábrica de Taubaté (SP), no Vale do Paraíba. Na sexta-feira, a empresa já havia anunciado que não renovaria o contrato temporário de 300 trabalhadores.

Na unidade são fabricados celulares e monitores. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Isaac do Carmo, a maior parte das demissões - comunicadas pela empresa no final da tarde de anteontem- é de empregados que atuavam no setor de celulares.

Em nota divulgada ontem, a LG informou que "os desligamentos dizem respeito à retração sazonal do mercado típica para esta época do ano". O documento não cita a crise financeira internacional. Também não confirma o número de funcionários demitidos.

Com o corte, a fábrica de Taubaté passa a ter 2.500 trabalhadores, segundo o sindicato. Eles terão férias coletivas entre a próxima segunda-feira e o dia 5 de janeiro.

Setor de autopeças deve cortar 8.200 vagas até o fim do ano

Empresas se preparam para aperto maior em 2009

CLAUDIA ROLLI

DA REPORTAGEM LOCAL

O setor de autopeças prevê cortar 8.200 postos de trabalho até o final deste ano e chegar a dezembro empregando 223,7 mil trabalhadores. Em setembro, o número de funcionários chegou a 231,9 mil, mês em que foi registrado o maior nível de emprego no setor.

As demissões foram apontadas em sondagem com 95 empresas associadas ao Sindipeças (sindicato que reúne a indústria nacional de componentes para veículos), responsáveis por 41% do faturamento do setor, e refletem o impacto da crise financeira mundial.

Com a queda de encomendas das montadoras para as autopeças e a redução das exportações, o setor já revê os planos de contratações, faturamento e investimentos previstos.

Se o corte de vagas se confirmar, o setor deverá registrar crescimento do emprego em torno de 3,2%, e não mais em torno de 9%, como previa, se considerados os números de empregados em setembro deste ano (231,9 mil) e de igual mês do ano passado (212,2 mil).

As autopeças informaram que vão conceder férias coletivas por um período de 16 dias durante este mês. Os investimentos programados para 2009 serão reduzidos, segundo

46% das empresas consultadas, e mantidos por 48% delas. Apenas 6% têm a intenção de aumentar os investimentos.

O faturamento do setor, previsto para crescer 9,6% neste ano em relação ao ano passado, foi revisado e deve chegar a R\$ 74,4 bilhões neste ano.

"O primeiro trimestre do ano que vem será muito difícil", afirma Paulo Butori, presidente do Sindipeças, que montou uma equipe para estudar medidas para amenizar os efeitos da crise no setor.

Os sindicatos de trabalhadores têm a mesma opinião. A queda nas vendas de veículos, de 25% em novembro na comparação com outubro, deve atingir o emprego no setor automotivo a partir de 2009. A intensidade desse impacto vai depender ainda dos resultados das vendas neste mês, segundo avaliam os sindicalistas.

"A queda nas vendas em novembro não nos surpreendeu porque o consumidor ainda enfrenta dificuldades para financiar a compra de carro novo, e o de usado é praticamente inexistente. Os R\$ 8 bilhões liberados pelos governos federal e estadual ainda não chegaram ao consumidor", diz Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT).

"As empresas esgotam todas as possibilidades, como concessão de férias coletivas e uso de banco de horas, antes de tomar qualquer medida mais drástica, como demitir", afirma Nobre.

Na estimativa da CNM-CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), 70 mil metalúrgicos estarão em férias coletivas neste mês, considerando os empregados de montadoras e de outros setores -autopeças, mineração, siderurgia, motocicletas e eletroeletrônicos.

Em São Paulo, o sindicato da categoria informa que, dos 260 mil metalúrgicos representados pela entidade, devem entrar em férias coletivas 8.900 de 160 empresas -a maior parte dos pedidos feitos até ontem de descanso coletivo se concentra no período de 22 de dezembro a 5 de janeiro.

"Consideramos o número pequeno em relação à quantidade de metalúrgicos em nossa base, sinal de que a crise ainda não chegou ao emprego do setor. Nosso temor é em relação ao primeiro trimestre de 2009, época em que tradicionalmente as vendas já são mais fracas", diz Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Força Sindical).

Construtoras terão socorro de R\$ 3 bi do FGTS

Com a decisão do Conselho Curador, recursos do fundo disponíveis para o setor somarão R\$ 13,4 bilhões no próximo ano

Juros do financiamento a famílias que ganham até R\$ 2.000 vão cair um ponto percentual em 2009, para o patamar de 7,16% ao ano

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aprovou ontem a criação de uma linha de crédito emergencial de R\$ 3 bilhões para socorrer construtoras. O financiamento será liberado a partir de 2009 e contará com juros de 7% a 9% ao ano mais TR (Taxa Referencial).

"As empresas estão com dificuldade de crédito. Com essa nova linha vamos aquecer o mercado de construção e gerar empregos", afirmou o ministro do Trabalho e presidente do fundo, Carlos Lupi. A proposta do ministério previa a liberação de R\$ 12 bilhões até 2011, mas os valores foram vetados pelo Ministério da Fazenda.

Segundo o secretário-executivo do FGTS, Paulo Furtado, a nova linha não adotará os mecanismos tradicionais de empréstimo às empresas. O dinheiro será liberado via

compra de debêntures (papéis das construtoras), fundos imobiliários ou recebíveis. "Isso vai permitir que uma empresa que já tenha um empreendimento na planta que está parado possa usar os recursos. Várias empresas médias ou pequenas podem se unir e fazer um fundo imobiliário. Uma empresa grande pode lançar uma debênture", disse Furtado. Ele acrescentou que a linha emergencial será avaliada em 2009, podendo virar uma modalidade perene.

Pelas regras definidas no conselho, o FGTS financiará até 80% dos empreendimentos imobiliários. Os juros de 7% mais TR valerão para incorporações cujas unidades sejam avaliadas em até R\$ 130 mil. Acima desse valor, a taxa será de 9% mais TR. Todos os empreendimentos precisam seguir as regras do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). O FGTS já tinha uma linha de apoio à produção no setor imobiliário, que contava com apenas R\$ 600 milhões neste ano. Em outubro, diante da escassez de crédito no mercado, a Caixa Econômica Federal anunciou uma linha especial de R\$ 3 bilhões para capital de giro das construtoras. Com a decisão do conselho de ontem, o setor habitacional disporá de R\$ 13,4 bilhões do FGTS em 2009.

Os conselheiros também aprovaram a redução dos juros de empréstimos a famílias com renda até R\$ 2.000. A taxa final cairá de 8,16% ao ano mais TR para 7,16% (já incluindo o custo da Caixa na operação) em 2009. Para cotistas do FGTS, que têm desconto de 0,5 ponto nos juros, a taxa cai de 7,66% ao ano mais TR para 6,66%.

Congresso aprova reajuste a servidores

Todos os partidos aprovaram medida provisória que cria cargos e eleva salários, a um custo de pelo menos R\$ 1,9 bi neste ano

Outra MP com aumento ao funcionalismo já aprovada no Senado chega à Câmara; governo Lula leva os gastos com pessoal a 5% do PIB

RANIER BRAGON

MARIA CLARA CABRAL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Congresso Nacional aprovou ontem a medida provisória 440, que cria cargos, aumenta salários e reestrutura a carreira de cerca de 93,3 mil servidores públicos da União, entre ativos, inativos e pensionistas.

O custo da medida, que segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é de pelo menos R\$ 1,9 bilhão neste ano, alcançando R\$ 7,2 bilhões no Orçamento de 2011.

A aprovação ocorreu de forma simbólica (sem registro nominal dos votos) na Câmara dos Deputados, com apoio de todos os partidos.

Contrariando posição adotada até então, os governistas não derrubaram as duas emendas (alterações) feitas no Senado, que estenderam os benefícios a algumas categorias de servidores da Receita Previdenciária e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A informação dos congressistas, entretanto, é que Lula deverá vetar essas duas emendas.

"Elas carregam um viés inconstitucional, pois acarretam despesas, e essa é prerrogativa apenas do presidente. Como todos os partidos da base estavam dispostos a votar pela aprovação da emenda e só o PT se manifestou contrariamente, comprometi-me a abrir diálogo com o governo. A tendência, no entanto, é essa [do veto]", disse o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS).

Nos próximos dias, a Câmara deve receber para análise outra medida provisória que reajusta salários dos servidores da União, a 441, que foi aprovada pelo Senado na semana passada com 20 emendas que ampliam os benefícios ao funcionalismo em relação ao texto editado pelo governo. Pela proposta original, o impacto orçamentário

neste ano seria de R\$ 1,6 bilhão extra, atingindo 380 mil servidores distribuídos por 46 categorias.

As duas medidas provisórias, a 440 e a 441, são parte de um "pacote" de benefícios promovido neste ano pelo governo para o funcionalismo. No primeiro semestre, o Palácio do Planalto havia expedido outra MP, que beneficiou mais de 1,4 milhão de servidores federais civis e militares.

Elevação de gastos

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o poder em 2003, interrompeu o processo de enxugamento do quadro de pessoal da União verificado nos anos 1990, além de patrocinar a elevação do gasto com pessoal em relação ao PIB (Produto Interno Bruto).

Desde 2002, o número de servidores da União (ativos, inativos e pensionistas) subiu 13,5%, indo de 1,85 milhão para 2,10 milhões.

Já o gasto da União com a folha de pessoal, pelos números do projeto de Orçamento do próximo ano em tramitação no Congresso, deverá se aproximar de 5% do PIB no ano que vem, patamar que não é atingido desde 1995.

As despesas devem aumentar dos 4,65% esperados em 2008 para 4,93%, mesmo percentual registrado no último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (2002), o que anularia todo o ajuste promovido no início da gestão petista, quando a despesa chegou a cair para 4,38% do PIB (em 2005).

Seguro-desemprego será ampliado para vítima de SC

Proposta do governo é pagar duas parcelas a mais

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Trabalhadores de Santa Catarina que tenham perdido o emprego ou cujas empresas estejam impossibilitadas de funcionar serão beneficiados com medidas de ampliação do seguro-desemprego. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou ontem que encaminhou ao Codefap (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) pedido de mudanças no benefício às vítimas.

Para os desempregados, o seguro-desemprego, que hoje varia de três a cinco meses, será ampliado em duas parcelas. Já os trabalhadores de empresas sem condições de operar e, portanto, de pagar salários, terão direito ao benefício -que é exclusivo para desempregados.

Segundo Lupi, o presidente do Codefap, Luiz Fernando Emediato, deverá baixar uma resolução nos próximos dias oficializando a medida. O Ministério do Trabalho não tem um levantamento preciso de quantos trabalhadores serão atendidos e qual será o custo da medida. "Acreditamos que cerca de 30 mil trabalhadores estão nessa situação", diz Lupi.

O ministro também explicou que o aumento do limite de R\$ 2.600 para saque dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) pelas vítimas das enchentes só depende de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Estamos concluindo estudos técnicos, mas, do ponto de vista do fundo, não há impacto significativo para aumento do limite", afirmou Lupi, acrescentando que o limite pode ser o próprio saldo da conta do trabalhador no fundo.

Lupi disse que, com os números nas mãos, o presidente é quem decidirá qual o valor autorizado para saque em casos de calamidade. Esse limite está congelado desde 2004. Na Câmara dos Deputados, comissão criada para analisar as consequências da tragédia quer suspender o pagamento das dívidas de SC por seis meses. A idéia é apresentar emenda à MP 448, que trata de ajuda a locais afetados pela chuva.

Convenção 151: Comissão de Trabalho poderá aprovar norma hoje (3)

Em entendimento com a assessoria parlamentar do DIAP, o presidente da Comissão de Trabalho, deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), e o relator do PDC 795/08, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), decidiram votar nesta quarta-feira o projeto que ratifica a norma internacional.

O projeto já foi aprovado pelas comissões de Relações Exteriores; e de Constituição e Justiça. Portanto, é importante que o movimento sindical compareça à sessão do colegiado para garantir a aprovação do parecer favorável do relator. O passo seguinte será encaminhar o projeto para exame do plenário.

O projeto de decreto legislativo tem por objetivo ratificar a Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no âmbito do serviço público federal, estadual e municipal. A norma reconhece também como instrumentos válidos para a solução de conflitos, a mediação, a conciliação ou a arbitragem.

Também estava na pauta do colegiado o projeto de lei que reduz a jornada de trabalho. Entretanto, **manobra regimental** impediu que a matéria fosse incluída na de pauta do colegiado para votação.

A sessão do colegiado vai ser hoje, às 10h, no plenário 12.

Greve: aeroportuários e aeroviários ameaçam parar durante o Natal

Em estado de greve desde o dia 1º, trabalhadores aeroportuários e aeroviários de todo País prometem paralisar suas atividades no Natal se as empresas aéreas não concederem o reajuste salarial de 10%.

Inicialmente, as categorias pediam 13% de reajuste. O sindicato patronal, no entanto, ofereceu 5% a partir de dezembro e mais 1,66% em julho de 2009. "Apresentamos uma contraproposta baixando para 10% para demonstrar que não somos radicais", afirmou a secretária geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino.

De acordo com a sindicalista, 10% foi o percentual mínimo que a categoria autorizou aos representantes sindicais negociarem com as companhias. "Esse índice representa a reposição das perdas salariais com a inflação do último ano, mais um aumento real. Os 5% [oferecidos pelas empresas] não contemplam as necessidades dos trabalhadores", afirmou.

Selma Balbino disse que as duas categorias não receberam aumentos reais durante as últimas negociações. Com isso, diz ela, os valores dos pisos salariais ficaram muito aquém da importância do trabalho desses profissionais para o setor.

Como exemplo, a sindicalista citou os agentes de proteção e os mecânicos de manutenção de aeronaves. Responsáveis por cuidar da segurança dos vôos, os primeiros têm um piso de menos de R\$ 800. Já o piso dos mecânicos é de R\$ 1.107.

A proposta de greve só será votada depois do dia 9 deste mês, quando ocorrerá a próxima reunião entre os representantes do sindicato dos trabalhadores e do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas. "Se as negociações não avançarem, no sentido da nossa proposta, iremos paralisar nossas atividades no dia 24 para 25 de dezembro", disse Selma Balbino.

Desde segunda-feira, os sindicatos de ambas as categorias estão distribuindo um documento para usuários de aeroportos de todo País para alertá-los sobre a possibilidade de greve. "Queremos que eles estejam cientes e possam se planejar para o caso de paralisarmos nossas atividades", diz Selma.

Hoje (3), lideranças sindicais promoverão uma manifestação no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília. O ato, segundo Selma, será o primeiro de uma série que deverá ocorrer até o dia 9, nos equipamentos mais importantes do País. Além de reclamarem contra o que classificam como baixos salários, os manifestantes também irão protestar contra a intenção de o Governo privatizar aeroportos hoje administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). (Com Agência Brasil)

Sindicatos de MS mandam 4 ônibus para Marcha em Brasília

João Prestes

Sindicatos de Mato Grosso do Sul enviaram quatro ônibus com participantes para a V Marcha da Classe Trabalhadora que acontece amanhã em Brasília, com o tema "Desenvolvimento com Valorização do Trabalho". São dois ônibus da Força Sindical, um da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e um da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil).

A concentração será em frente do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. O ato faz parte da luta em defesa do emprego e da renda contra a crise financeira internacional e pretende mobilizar uma multidão de trabalhadores pela redução da taxa de juros. Os ônibus da CUT e da Força saíram de madrugada, levando representantes de dezenas de sindicatos filiados às duas centrais. O ônibus da CGTB sai no início da tarde.

O dirigente CUT Nacional, Júlio Turra, diz que a preocupação dos trabalhadores é exigir medidas de emergência em defesa das categorias frente à crise financeira que se apresenta. "A prioridade é conter as ondas de demissões que já estão em **curso**, inclusive em **empresas** que pediram socorro ao governo. A melhor maneira de garantir **empregos** é defender os que realmente constroem a nação, que são os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade", enfatiza.

A concentração da V marcha será no Estádio Mané Garrincha, às 5h. A partir das 9h, os manifestantes, seguirão até o Congresso Nacional. Ao final, a CUT realizará um ato público em frente ao Ministério do Trabalho, cobrando o envio e a aprovação do projeto de lei que institui a contribuição negocial, além da revogação da instrução normativa que institui o desconto da contribuição sindical para os servidores públicos.